CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

O POPULAR 08/11

Repasses motivam divergência

PENDÊNCIA Discussão sobre a quitação de valores referentes a serviço prestado pelo Instituto Gerir, que administra o Hugo, ganhou corpo após decisão judicial que bloqueou R$ 27,5 milhões do Estado

Carol Almeida
carol.almeida@opopular.com.br

Zuhair Mohamad



Com atendimento contingenciado, unidade de saúde de Goiânia está sendo reabastecida, diz sindicato

O imbróglio na gestão do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) segue entre o Estado de Goiás e o Instituto Gerir, organização social (OS) responsável pela administração da unidade de saúde. A questão diz respeito a problemas no repasse de recursos da Secretaria Estadual de Saúde de Goiás (SES-GO), que teria contribuído para o surgimento de uma crise no atendimento ofertado pelo hospital.

A decisão da Justiça Federal, que foi emitida no último dia 31 e determinou o bloqueio de mais de R$ 27,5 milhões do Tesouro Estadual para o custeio de despesas do Hugo, colaborou para que o conflito ganhasse novo capítulo. O Estado garante que repassou, em outubro, R$ 76 milhões à SES-GO, sendo R$ 17,6 milhões especificamente para a gestão do Hugo, e que, com base nisso, recorre da determinação do juiz federal Mark Yshida Brandão. O Gerir, por sua vez, alega que a decisão judicial não foi cumprida.

O valor apontado pelo governo é inferior ao determinado pela Justiça, referente ao montante pendente apurado até 25 de setembro deste ano. De acordo com a OS, uma retenção de mais de R$ 21 milhões foi feita pelo Estado sobre o total devido, que seria de mais R$ 44 milhões, somadas também as pendências restantes de setembro e de outubro. "Tendo em vista que não houve a realização de repasses integrais desde então, e que outros dois meses de custeio já venceram, é impossível que o total devido à OS seja da ordem de R$ 16.683.398,88, conforme informado no Portal da Transparência", diz, em nota, o Instituto Gerir.

Procurada, a SES-GO informou que é a Procuradoria Geral do Estado (PGE) que está à frente da questão. Questionada sobre o motivo da diferença entre o valor repassado e o estabelecido pela Justiça Federal, assim como sobre a data em que o pagamento foi feito, a Procuradoria não deu resposta específica e afirmou apenas que o Estado prevê que até o fim de novembro R$ 100 milhões serão transferidos para a SES-GO repassar para as organizações sociais que gerenciam hospitais. "Até 31 de dezembro, o Estado terá regularizado 100% dos repasses para a sua rede de saúde", diz a PGE, em nota.

ATENDIMENTO

Com o recebimento de repasses parciais, a administração do Hugo tem realizado atendimentos prioritários, de urgência e emergência, e restabelecido a aquisição de insumos considerados principais. No último dia 15, a SES-GO se comprometeu a adotar medidas em caráter imediato para reverter a crise. Entre elas, está a criação de uma comissão para a fiscalização e o monitoramento do hospital, que tem atuado na unidade.

De acordo com a presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde de Goiás (Sindsaude), Flaviana Alves Barbosa, a situação do hospital na última semana foi de melhora, mas ainda está longe do ideal. "Estão tentando solucionar alguns problemas, mas falta verba. Está melhorando aos poucos, mas ainda está devagar", conta.

Atrasos causaram crise, diz OS

Em ofício protocolado junto à Secretaria Estadual de Saúde de Goiás (SES-GO) no último dia 26, o Instituto Gerir, responsável por administrar os hospitais de urgências de Goiânia (Hugo) e de Trindade (Hutrin) pediu a rescisão dos contratos de gestão, alegando, dentre outros pontos, que o atraso dos repasses, que, segundo o documento, ocorre há cerca de três anos, impossibilita o cumprimento das metas, assim como inviabiliza o pagamento de salários e a compra de medicamentos e insumos. À época, a Saúde afirmou que analisava os trâmites necessários para a rescisão, mas que a solicitação não implicaria em entrega imediata dos hospitais para o Estado.

No último mês, a unidade viveu uma sequência de problemas. Um termo de interdição chegou a ser entregue pela Superintendência Regional do Trabalho em Goiás no dia 24 de outubro, com o intuito de limitar o total de pacientes a ser atendido, conforme a quantidade de insumos e medicamentos na unidade. O descumprimento do termo levou ao encaminhamento de uma representação criminal contra a SES-GO ao Ministério Público Federal em Goiás. No mesmo período, houve paralisação de profissionais, por falta de pagamento, e greve no serviço terceirizado de lavanderia pelo mesmo motivo.

DIÁRIO DA MANHÃ 08/11



Fio Direto

SUELY ARANTES

Enel orienta

A Enel Distribuição Goiás realiza nesta sexta-feira, às 14 horas, um workshop para esclarecer dúvidas sobre a chamada pública de projetos de eficiência energética em Goiás. Segundo a companhia, já foram investidos R$ 130 milhões em cerca de 50 projetos com foco na promoção do uso eficiente e racional da energia elétrica.